

MARIA RITA FERRAGUT

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA E O CÓDIGO CIVIL DE 2002

Editora Noeses



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 336.1/.5(81)
F368r
Código de barras: STJ00063543**

CIP- BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F42r

Ferragut, Maria Rita, 1971-

Responsabilidade tributária e o Código Civil de 2002 / Maria Rita

Ferragut São Paulo: Noeses, 2005. 296 p.

ISBN 85-99349-14-7

1.Brasil - Direito Tributário - Responsabilidade Tributária. 2.

Responsabilidade Tributária - Código Civil de 2002 - Brasil. I. Título.

CDU 34:336.2.03 (81)

índice para catálogo sistemático:

Brasil: Direito Tributário: Responsabilidade Tributária

Brasil: Responsabilidade Tributária



SUMÁRIO

PREFÁCIO	XV
INTRODUÇÃO	XIX

CAPÍTULO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA O ESTUDO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTARA DAS SOCIEDADES E DOS ADMINISTRADORES

1.1 Introdução	1
1.2 Conceitos de empresa, empresário, sociedade empresária e sociedade simples	2
1.3 Conceitos e características dos sócios, acionistas e administradores	5
1.4 Deveres do administrador	8
1.5 Conceito e nascimento da personalidade jurídica das sociedades empresárias e das simples	9
1.6 Sociedades não personificadas	10
1.6.1 Sociedade em comum	11
1.6.1.1 Sociedades irregulares e sociedades de fato	11
1.6.2 Sociedade em conta de participação	12
1.7 Sociedades personificadas	12
1.7.1 Sociedades simples	13
1.7.2 Sociedade em nome coletivo	13
1.7.3 Sociedade em comandita simples	14
1.7.4 Sociedade limitada	15
1.7.5 Sociedade anônima	16
1.7.5.1 Pressupostos para a responsabilidade pessoal dos acionistas	17
1.7.6 Sociedade em comandita por ações	18
1.7.7 Sociedade cooperativa	18
1.7.8 Sociedade coligada	19
1.8 Da separação patrimonial entre os bens sociais e os bens dos respectivos sócios e acionistas	19
1.9 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	20

CAPÍTULO II RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

2.1 Considerações iniciais	25
2.2 Conceito de sujeito passivo	26
2.3 Inexistência de previsão constitucional do sujeito passivo tributário	30



2.4 Responsabilidade civil: breve abordagem	31
2.5 Conceito de responsabilidade tributária	32
2.6 Reflexões sobre a desnecessidade da constituição do crédito perante o contribuinte, para o nascimento da norma de responsabilidade	35
2.7 Limite constitucional para a criação do responsável tributário	37
2.8 Responsabilidade tributária e o princípio da capacidade contributiva	39
2.8.1 Modalidades de repercussão jurídica: reembolso e retenção na fonte	42
2.9 A natureza jurídica da norma de responsabilidade: norma jurídica tributária ou não-tributária; dispositiva ou sancionadora?	47
2.9.1 Nosso entendimento	50
2.10 Causas de existência da responsabilidade tributária	52
2.11 Classificação das normas de responsabilidade tributária	53
2.11.1 A classificação de Rubens Gomes de Sousa e a de Alfredo Augusto Becker	53
2.11.2 Nossa classificação	55
2.12 Extinção da responsabilidade tributária	56

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUBSTITUIÇÃO E POR SOLIDARIEDADE

3.1 Responsabilidade tributária por substituição	59
3.2 Estrutura lógica da norma de substituição tributária	61
3.3 Espécies de substituição tributária	64
3.4 Titularidade do direito à restituição do indébito na substituição tributária	66
3.5 Responsabilidade tributária por solidariedade	68
3.6 Estrutura lógica da norma de solidariedade	71
3.7 Titularidade do direito à restituição do indébito na solidariedade	72

CAPÍTULO IV

SUCESSÃO TRIBUTÁRIA NA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E CISÃO DE SOCIEDADES E NA AQUISIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

4.1 Introdução	73
4.2 Estrutura lógica da norma de sucessão	74
4.3 Artigo 132 do CTN: sucessão nas hipóteses de fusão e de incorporação	75



4.4	Cisão e ausência de previsão legal expressa no CTN	80
4.4.1	Características da cisão e a responsabilidade por sucessão e por solidariedade	81
4.5	Artigo 133 do CTN: sucessão na aquisição de estabelecimentos	86
4.5.1	Conceito de estabelecimento e as conseqüências fiscais de sua alienação	87
4.5.2	Incisos I e II do artigo 133 do CTN	91
4.6	Anulação do negócio jurídico de aquisição do estabelecimento e a controvérsia sobre a contabilização dos débitos fiscais	92
4.7	Possibilidade de transferência da multa na responsabilidade por sucessão	94
4.8	Titularidade do direito à restituição do indébito na sucessão	99

CAPÍTULO V

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES - ESPÉCIE DA DENOMINADA "RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS"

5.1	Introdução	101
5.2	Conceitos necessários ao estudo da responsabilidade de terceiros: ilícito, infração, sanção, culpa e dolo	102
5.2.1	Culpa	106
5.2.2	Dolo	108
5.3	Artigo 134 do CTN	110
5.4	Estrutura lógica da norma de responsabilidade (artigo 134 do CTN)	113
5.5	Responsabilidade dos sócios no caso de liquidação de sociedade de pessoas	113
5.5.1	O administrador não-sócio sujeita-se à disciplina do inciso VII do artigo 134 do CTN?	116
5.5.2	Conclusões parciais	117
5.6	Transferência da multa moratória prevista no artigo 134 do CTN	117
5.7	Artigo 135 do CTN	118
5.8	Estrutura lógica da norma de responsabilidade (artigo 135 do CTN)	120
5.9	Da imprescindibilidade do dolo	120
5.10	Em que consiste a obrigação "resultante" a que alude o <i>caput</i> do artigo 135 do CTN?	122

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA E O CÓDIGO CIVIL

5.11	Elementos da responsabilidade tributária do administrador	124
------	---	-----



5.11.1 Elemento pessoal: indivíduos sujeitos à responsabilidade	124
5.11.2 Elemento fático: condutas que geram a responsabilidade pessoal	126
5.11.2.1 Excesso de poderes	126
5.11.2.2 Infração de lei	128
5.11.2.2.a) Falta de pagamento de tributo: infração de lei, para os fins do artigo 135 do CTN?	130
5.11.2.2.b) Posição jurisprudencial	132
5.11.2.3 Infração do contrato social ou do estatuto	134
5.12 A importância das provas para o reconhecimento da responsabilidade pessoal do administrador	134
5.12.1 A utilização das provas diretas e das presunções legais para a caracterização da responsabilidade de terceiros	136
5.13 Responsabilidade pessoal do administrador mesmo quando o ilícito beneficiar a sociedade?	137
5.14 Dissimulação do ato que ensejou a responsabilidade pessoal do administrador	140
5.15 Possibilidade de exigência das multas moratória e punitiva	142
5.16 Responsabilidade de terceiros e legitimidade ativa na restituição do indébito	142
5.17 Algumas hipóteses de responsabilidade não-tributária dos sócios	143

CAPÍTULO VI RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

6.1 Introdução	145
6.2 Artigo 136 do CTN	145
6.3 Artigo 137 do CTN	148
6.3.1 Artigo 137, I, do CTN	148
6.3.2 Incisos II e III do artigo 137 do CTN: tipos penais ou administrativos-tributários?	150
6.3.3 Artigo 137, II, do CTN	151
6.3.4 Artigo 137, III, do CTN	152
6.4 O artigo 137 do CTN e a mera ausência de pagamento de tributo: responsabilidade do administrador?	153
6.5 Resumo das similaridades e das diferenças entre os artigos 135 e 137 do CTN	155

CAPÍTULO VII RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO ADMINISTRADOR: ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

7.1 Sujeição passiva na execução fiscal	159
---	-----



7.2 Execução fiscal: o administrador como sujeito passivo e a necessidade da inclusão de seu nome na certidão de dívida ativa	165
7.2.1 Argumentos para a defesa da desnecessidade da inclusão do nome do administrador na certidão de dívida ativa	167
7.2.2 Argumentos para a defesa da necessidade da inclusão do nome do administrador na certidão de dívida ativa	168
7.2.3 Nosso entendimento	169
7.3 Inclusão do administrador na lide após a oposição dos embargos à execução fiscal: limites para a preservação da constitucionalidade e da legalidade desse procedimento	172
7.4 Inclusão do nome do administrador na certidão de dívida ativa - submissão desse ato ao prazo decadencial	174
7.5 Considerações acerca da necessidade da participação do administrador no processo administrativo tributário	175
7.6 Desnecessidade de propositura de ação de conhecimento para comprovação do ilícito praticado pelo administrador	182
7.7 Prescrição da execução fiscal em face do administrador	182
7.8 Exceção de pré-executividade como forma de exclusão do nome do administrador do pólo passivo da execução fiscal	186
7.9 Meio processual adequado para a defesa do administrador quando a exceção de pré-executividade não tiver cabimento: embargos de terceiro ou embargos à execução fiscal?	192
7.10 Considerações fundamentais sobre o processo falimentar, consequências legais decorrentes da quebra e algumas questões processuais relevantes envolvendo débitos fiscais	194
7.10.1 Responsabilidade tributária do administrador de sociedade falida	197
7.11 Meação do cônjuge não-administrador e a questão da responsabilidade tributária de terceiros	199
7.12 Fraude contra credores: quando a doação dos bens do administrador a tipifica	203
7.13 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal quando a pessoa jurídica não tiver bens suficientes para a quitação da dívida	207
7.14 Confissão da dívida fiscal pela pessoa jurídica e posterior responsabilidade pessoal do administrador	208
7.15 Responsabilidade do administrador pelo extravio e pela inutilização de documentos fiscais	210



7.16 Responsabilidade do ex-sócio pelas dívidas fiscais relativas a fatos jurídicos tributários ocorridos na época de sua administração. Perda ou não apresentação dos documentos fiscais pelos sucessores	212
---	-----

CAPÍTULO VIII

O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DOS ADMINISTRADORES

8.1 A importância dos conceitos de direito civil para a correta compreensão e aplicação do direito tributário	217
8.2 Superioridade hierárquica das normas veiculadas no CTN sobre as constantes do Código Civil	219
8.3 As sociedades empresárias e simples e a interpretação da legislação fiscal anterior ao advento do Código Civil de 2002	220
8.4 Responsabilidade dos sócios, dos acionistas e dos administradores em face do Código Civil de 2002	222
8.4.1 Responsabilidade dos empresários	223
8.4.2 Responsabilidade dos incapazes	223
8.4.3 Responsabilidade nas sociedades não personificadas	226
8.4.3.1 Responsabilidade nas sociedades em comum	226
8.4.3.2 Responsabilidade nas sociedades em conta de participação	229
8.4.4 Responsabilidade nas sociedades personificadas	230
8.4.4.1 Responsabilidade nas sociedades simples	230
8.4.4.2 Responsabilidade nas sociedades em nome coletivo	238
8.4.4.3 Responsabilidade nas sociedades em comandita simples	239
8.4.4.4 Responsabilidade nas sociedades limitadas	240
8.4.4.5 Responsabilidade nas sociedades anônimas	244
8.4.4.6 Responsabilidade nas sociedades em comanditas por ações	244
8.4.4.7 Responsabilidade nas sociedades cooperativas	245
8.4.5 Outras normas relativas à responsabilidade dos sócios e dos administradores	246
8.5 Resumo das responsabilidades dos sócios e dos acionistas no Código Civil de 2002	248
CONCLUSÕES	253
BIBLIOGRAFIA	271

